

A participação como instrumento de transformação ecológica e social: a abordagem inovadora de Papa Francisco*

Giovanni Allegretti

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra – Portugal

* Este texto (ainda que parcial e adequadamente reformulado) retoma parte do ensaio recentemente publicado em italiano com o seguinte título: G. Allegretti, (2025), “Declinare la “partecipazione” per costruire il cambiamento: il messaggio innovativo di Papa Francesco”, in R. Buffo - F. Rovea (eds.), *For a Social Ecological Transformation starting from Laudato si’*, Città Nuova, Roma 2025. Esta contribuição foi possível graças ao projeto financiado pela Comissão Europeia e intitulado “PHOENIX: The Rise of Citizens Voices for a Greener Europe” (contrato n.º 101037328687920).

Resumo

Qual valor o Papa Francisco deu ao apelo repetido à abertura de espaços de “participação” para que os indivíduos e as comunidades possam ser parte ativa da indispensável mudança exigida ao mundo e à Igreja? Explorando mais de 120 documentos do seu pontificado, o artigo tenta compreender como o termo “participação” (já presente nos predecessores) foi redefinido pelo Francisco, associando-o a outros termos referentes à transformação política e social, à cidadania e à harmonia entre homem e natureza. No passado o conceito estava ligado a visões estáticas de subsidiariedade enquanto princípio que rege a divisão de tarefas e a articulação de poderes que regulam o “mundo de César” e a relação de autonomia com a sociedade natural e as suas organizações. Em Francisco, o núcleo de significados que liga o termo ao direito de todos (sobretudo dos mais frágeis) de serem reconhecidos pela sua capacidade de intervenção direta para identificar as soluções mais adequadas para a valorização da dignidade e a melhoria da condição humana e espiritual, enriquece-se de diferentes nuances. Ele dialoga com a necessidade de resistir às abordagens tecno-burocráticas e aos populismos identitários

e excludentes, e com a necessidade de construir novas metodologias que tornem mais atrativo o envolvimento ativo dos cristãos na transformação da própria Igreja e do seu funcionamento. Analisando o recém-acabado Sínodo sobre “comunhão, participação, missão”, a análise comprova como o tema da participação foi parte central da mensagem de Francisco e da sua ação reformadora, centrada na figura fraterna e misericordiosa do Bom Samaritano.

Palavras-chave populismo; Papa Francisco, participação, subsidiariedade, cidadania, sinodalidade

Participation as an Instrument of Ecological and Social Transformation: Pope Francis’s Innovative Approach

Abstract

What value has Pope Francis assigned to the repeated appeal for opening spaces of “participation” so that individuals and communities can be active agents in the indispensable change required of the world and the Church? Drawing on more than 120 documents from his pontificate, this article examines how the term “participation” (already present in his predecessors) has been redefined by Francis, associating it with terms related to political and social transformation, citizenship, and harmony between humankind and nature. In the past, the concept was tied to static views of subsidiarity as a principle governing the division of tasks and the articulation of powers that regulate the “world of Caesar,” as well as the relationship of autonomy with natural society and its organizations. In Francis’s usage, the core cluster of meanings that links the term to everyone’s right—above all the most vulnerable—to be recognized for their capacity for direct intervention in identifying the most suitable solutions for enhancing dignity and improving the human and spiritual condition is enriched with new nuances. It engages the need to resist techno-bureaucratic approaches and exclusionary identity populisms, and to build new methodologies that make the active involvement of Christians in transforming the Church itself and its functioning more compelling. By analyzing the recently concluded Synod on “communion, participation, mission,” the study shows that participation has been central to Francis’s message and reforming action, centered on the fraternal and merciful figure of the Good Samaritan.

Key words Pope Francis; participation; subsidiarity; citizenship; synodality.

La participación como instrumento de transformación ecológica y social: el enfoque innovador del Papa Francisco

Resumen

¿Qué valor ha atribuido el Papa Francisco al llamado reiterado a abrir espacios de “participación”, de modo que individuos y comunidades puedan ser agentes activos del cambio indispensable que se exige al mundo y a la Iglesia? A partir de más de 120 documentos de su pontificado, el artículo examina cómo el término “participación” (ya presente en sus predecesores) ha sido redefinido por Francisco, asociándolo con otros términos relativos a la transformación política y social, la ciudadanía y la armonía entre el ser humano y la naturaleza. En el pasado, el concepto estaba ligado a visiones estáticas de la subsidiariedad como principio que rige la división de tareas y la articulación de poderes que regulan el “mundo de César”, así como la relación de autonomía con la sociedad natural y sus organizaciones. En Francisco, el núcleo de significados que vincula

el término con el derecho de todos —sobre todo de los más frágiles— a ser reconocidos por su capacidad de intervención directa para identificar las soluciones más adecuadas para la valorización de la dignidad y la mejora de la condición humana y espiritual, se enriquece con nuevos matices. Este enfoque dialoga con la necesidad de resistir las aproximaciones tecno-burocráticas y los populismos identitarios y excluyentes, y con la urgencia de construir nuevas metodologías que hagan más atractivo el compromiso activo de los cristianos en la transformación de la propia Iglesia y de su funcionamiento. Analizando el recién concluido Sínodo sobre “comunidad, participación, misión”, el estudio demuestra cómo el tema de la participación ha sido parte central del mensaje de Francisco y de su acción reformadora, centrada en la figura fraterna y misericordiosa del Buen Samaritano.

Palabras clave Papa Francisco; participación; subsidiariedad; ciudadanía; sinodalidad.

La participation comme instrument de transformation écologique et sociale : l’approche novatrice du pape François

Résumé

Quelle valeur le pape François a-t-il accordée à l’appel répété à l’ouverture d’espaces de « participation », afin que les individus et les communautés soient des acteurs à part entière du changement indispensable exigé du monde et de l’Église ? En s’appuyant sur plus de 120 documents de son pontificat, cet article examine comment le terme « participation » (déjà présent chez ses prédécesseurs) a été redéfini par François, en l’associant à d’autres notions relatives à la transformation politique et sociale, à la citoyenneté et à l’harmonie entre l’être humain et la nature. Par le passé, le concept était lié à des visions statiques de la subsidiarité comme principe régissant la division des tâches et l’articulation des pouvoirs qui régulent le « monde de César », ainsi que le rapport d’autonomie avec la société naturelle et ses organisations. Chez François, le noyau de significations qui relie ce terme au droit de tous — en particulier des plus fragiles — d’être reconnus pour leur capacité d’intervention directe dans l’identification des solutions les plus appropriées pour la valorisation de la dignité et l’amélioration de la condition humaine et spirituelle, s’enrichit de nouvelles nuances. Il entre en dialogue avec la nécessité de résister aux approches techno-bureaucratiques et aux populismes identitaires et exclusifs, ainsi qu’avec la nécessité de construire de nouvelles méthodologies rendant plus attractif l’engagement actif des chrétiens dans la transformation de l’Église elle-même et de son fonctionnement. En analysant le Synode récemment conclu sur « communion, participation, mission », l’étude montre combien la participation a été au cœur du message de François et de son action réformatrice, centrée sur la figure fraternelle et miséricordieuse du Bon Samaritain.

Mots-clés Pape François ; participation ; subsidiarité ; citoyenneté ; synodalité.

Introdução

O falecimento do Papa Francisco deixa um grande vazio em muitas áreas da vida religiosa, política e social em nosso planeta – e também afetou profundamente muitas pessoas que não são cristãs, mas que encontraram fortes elementos de afinidade com este pontífice e suas posições progressistas, por exemplo, em relação à necessidade de adotar perspectivas de “ecologia integral” que ajudem a reconstruir uma harmonia nas relações com a Mãe Terra e nossa “casa comum”. Nesse contexto, 10 anos após sua publicação, a encíclica “*Laudato Si*” (Papa Francesco, 2015) está sendo redescoberta em sua profunda relevância e necessidade. Em particular, enquanto o mundo é atingido por mudanças políticas que fortalecem tendências autoritárias e abordagens conservadoras de cunho populista, vale a pena redescobrir um aspecto subestimado deste documento altamente moderno, que lança luz sobre um ponto-chave do ensinamento de Francisco: o tema da urgência de tornar a política e as políticas de interesse público mais participativas, imaginando tal envolvimento direto das pessoas nas decisões como uma via nodal para fortalecer a capacidade de alinhamento entre ações que visam uma transformação ecológica da sociedade e da política, e aquelas que pretendem fortalecer a justiça e a equidade, com atenção especial às pessoas mais vulneradas e marginalizadas.

Para melhor compreender este aspecto pouco realçado da mensagem do Papa Francisco, é importante lembrar que no início de novembro de 2024 se concluiu a Segunda Sessão da XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos sobre a Sinodalidade, dedicado ao tema “*Comunhão, Participação, Missão*”, um caminho de reforma eclesial (2021-2024) estruturado a partir da rejeição do “espírito de consciência isolada” e da imagem da Igreja como “cidadela dos puros” (Papa Francesco, 2020b, p. 52). Dado o tema, em comparação às edições anteriores, atribuiu-se muita importância à metodologia adotada e à presença de facilitadores capazes de aumentar seu caráter participativo e inclusivo, pondo em diálogo diferenças pessoais, papéis, carismas e experiências. A meticulosa atenção à construção metodológica – apoiada por manuais e diretrizes (Sinodo dei Vescovi, 2021), bem como por uma Comissão especial de *experts*¹ que estruturou a consulta nas igrejas locais, bem como a coleta e análise das sínteses nacionais e continentais, os dois Instrumentum Laboris e os documentos finais das diversas sessões – traduz em ações concretas e coerentes a centralidade do apelo do Papa Francisco à necessidade de abrir maiores espaços de “participação”, para que os indivíduos e as comunidades sejam parte ativa da indispensável mudança de época hoje exigida tanto pelo mundo quanto pela Igreja. Além disso,

1 Coordenada por Nathalie Becquart, a Comissão de Metodologia incluiu 9 *experts* de diferentes continentes trabalhando os temas de liderança em tempos de polícrise.

destaca uma disposição da Igreja para aprender com práticas e formatos participativos e deliberativos usados na sociedade secular, que podem ser emulados e adaptados para dar nova vida a instituições que (como o Sínodo) sempre tiveram ambições e um alto potencial para multiplicar e aprofundar o diálogo social entre o clero e as comunidades no território, mas raramente foram capazes de expressá-lo em formas efetivas e de boa qualidade deliberativa.

Nessa perspectiva, vale perguntar: em que medida e em quais aspectos a mensagem do Papa Bergoglio difere daquela de seus predecessores imediatos, e qual valor agregado sua expressão do conceito de “participação” também tem fora das fronteiras do mundo católico?

Este texto – que abrange documentos de natureza diversa ligados ao magistério e à ação do Sumo Pontífice também como Chefe de Estado² – propõe-se a compreender e sintetizar como o termo “participação” (não ausente em outros pontificados) foi expresso por Francisco, associando-o a conjuntos de outros termos relativos à transformação política e social, à cidadania, à harmonia homem/natureza e à conversão ecológica integral.

Para que serve e o que é? Uma visão renovada da participação

Se foi possível definir João Paulo II como “o Papa da subsidiariedade” (Il Sussidiario, 2011), sem dúvida Francisco – como “o Papa dos processos” (Delle Foglie, 2019) – também poderia ser definido como “o Papa da participação”.

Navegar na conceituação desse termo, que progressivamente assumiu centralidade na mensagem de Bergoglio desde 2013, não é algo simples. Isso se deve tanto à polissemia do conceito quanto ao aumento exponencial dos canais de comunicação usados pelo Pontífice, mas também ao fato de ele preencher seus discursos com “lampejos intuitivos”, que em vez de “oferecerem diagnósticos e receitas” se preocupavam em “iluminar o caminho” e desencadear processos de transformação que permitissem ao outro apreender os valores para interpretar autonomamente suas palavras e acolher a mudança histórica sugerida pelo Papa (Ivereigh, 2020, pp. 95-96).

O desafio colocado por tais obstáculos é iluminado pelas convergências entre a mensagem do Pontífice sobre a importância da “participação” e as exegeses oferecidas por Francisco sobre os temas da “subsidiariedade” e da “cidadania” (caros aos seus dois predecessores). Ele também se relaciona com as experiências concretas do Sínodo 2021-2023, recentemente concluído, centrado na relação entre “comunhão, participação, missão”.

² Entre eles, encíclicas, livros, autobiografias/entrevistas, Motu Proprio, Homilias e Angelus, Audiências, Cartas, Orações, Meditações Diárias e mensagens de saudação em eventos e viagens apostólicas.

A encíclica *Laudato si'* (Papa Francisco, 2015a) representa uma “constituição de valores” para esclarecer os significados que Francisco atribuiu à participação; posteriormente, a pandemia – como destacado no livro-entrevista *Ritorniamo a sognare* (Papa Francisco, 2020b, p. 98) – foi lida pelo Papa como um ponto de viragem e um tempo de provação para a humanidade, servindo como divisor de águas e acelerador do uso do conceito e da sua progressiva definição detalhada.

Na mensagem de Francisco (em comparação com os dois pontífices anteriores) o chamado à “participação” é enriquecido com nuances não apenas em relação à esfera da vida espiritual e do compromisso na comunidade eclesial, mas ultrapassa os limites entre “o mundo de César” e “o mundo de Deus” e estende-se a um diálogo com as formas de cidadania ativa e de ação política na esfera da vida terrena (Faggioli, 2017). O chamado à participação como compromisso dos católicos em múltiplos níveis de reconstrução de um mundo mais justo e em harmonia com a natureza nunca é ritualístico, mas se reveste de concretude e ação. Refere-se também a uma visão “ecumênica” que reúne conceitos culturais diferentes e complementares, que vêm do Ocidente, mas também das tradições de muitas culturas indígenas e de sua experiência latino-americana enraizada na Teologia do Povo (Scannone, 2014). Aquele que foi denominado “Papa Pop” (Tecce, 2013) ou “Papa do Povo” (Scannone, 2015) estava bem ciente de que “o povo” não é uma realidade unitária oposta à *elite*. Além disso, rejeitava leituras identitárias e soberanistas da política e apostava fortemente no envolvimento direto, nas discussões e nas decisões sobre o futuro, daqueles (como os migrantes) que foram “deixados para trás” devido à globalização e às abordagens tecnocráticas ao governo do mundo e das nações. E é justamente essa abordagem participativa (atenta ao “cuidado” dos espaços deliberativos de troca entre diferentes pessoas) que deve sugerir a rejeição do rótulo de populista que alguns detratores tem vindo atribuir ao Papa Francisco (Zanatta, 2020).

O apelo de Francisco tem se concentrado no binômio participação/solidariedade. Nesse sentido, não só tem vindo ecoar o frequente apelo para manter unidos os princípios de solidariedade e subsidiariedade feito por João Paulo II e Bento XVI, mas reinterpretou este último princípio por meio de um sentido “circular” da subsidiariedade (Moro, 2020). Essa visão não só vê a ação subsidiária do Estado como um complemento indispensável para maximizar o trabalho das “comunidades naturais” em relação ao desenvolvimento integral das pessoas, mas (ao mesmo tempo) prega que estas cumpram seu dever de vigilantes, monitorando e controlando a ação das diversas instituições (que Francisco não lê como “artificiais”, considerando a relacionalidade e a socialidade como elementos constitutivos e agregadores dos seres humanos) para garantir que sejam inspiradas pelo senso de justiça, não puguem o lucro e comprometam-se – mesmo com gestos “heroicos” (Papa Francisco, 2020a, § 175) – a cuidar da “casa comum” constituída pelo ambiente natural, pelos seres não humanos e pelas gerações futuras.

Reler o pensamento de Francisco à luz do crescente apelo ao compromisso participativo reforça a convicção da modernidade de um pontífice que tem pregado uma “Igreja dos pobres, para os pobres” e que se transforma “com os pobres”, e com o reconhecimento da sua dignidade de pessoas que podem e devem ser implicadas na gestão da sua vida quotidiana e na melhoria da sua condição. O Papa Francisco tem partido da ideia de que é por meio da exposição ao diálogo com os mais marginalizados e da partilha de um caminho com eles que a comunidade cristã aprende a se integrar melhor no mundo, a ajudá-lo a progredir e a se reinventar – desde que a própria Igreja trabalhe para se reinventar e pôr em prática os objetivos para os quais se formou em torno dos ensinamentos evangélicos.

A análise de como a Igreja – para além do discurso teórico ou retórico sobre como o mundo pode e deve reformar a política e as relações internacionais – pode aplicar métodos e abordagens mais participativas para progredir e recuperar credibilidade e entusiasmo sai enriquecida pela leitura dos trabalhos do último Sínodo 2021-2024: um exercício de participação em aperfeiçoamento incremental, que tem vindo destacar a necessidade de propor mudanças para o futuro, para melhor cumprir as premissas e promessas em torno das quais tal evento se estruturou, bem como as expectativas que ele tem suscitado.

O apelo à participação de Francisco (em sua definição cívica, comunitária e espiritual) tem sido, decerto, enfático, mas nunca ingênuo ou despreparado. Em primeiro lugar, porque, em termos de propósito, sua visão sempre foi clara e precisa: na sua mensagem, a participação é considerada um elemento central para construir a paz, cuidar do planeta e do bem comum, promover o desenvolvimento integral das pessoas, combater a corrupção, a tecnocracia prevalecente e a má política, restabelecer uma sociedade menos egoísta e materialista, bem como fortalecer o diálogo entre seres humanos e não humanos. Em segundo lugar, a visão de Francisco não pode ser considerada infantil porque o imperativo participativo é sempre acompanhado de importantes reflexões sobre vários temas: (1) sobre como remover os obstáculos a uma participação igualitária de todos³, (2) sobre a necessidade de aplicar o conceito de participação às diferentes fases dos ciclos de construção, desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas de interesse público, e (3) sobre a defesa e valorização dos bens comuns. Além disso, o apelo participativo em Francisco (4) está frequentemente associado a questões relativas à utilização de figuras profissionais de animação (facilitadores), ou (5) a configurações espaciais e metodologias maiêuticas adequadas para provocar e instigar o diálogo e a prefiguração de cenários. Estas últimas incluem técnicas relativas à narrativa que desperta emoções e com o papel estimulante, prefigurativo, imaginativo e substancialmente “desconfortável” da arte (Papa Francesco, 2023). Por fim, Francisco tem demonstrado uma clara consciência da

³ Tal aspecto da remoção das barreiras também é central na Costituzione della Repubblica Italiana (Costituzione italiana, 1947, art. 3), à qual o Papa se refere às vezes.

necessidade de que a participação seja acompanhada de autorreflexão, tanto evolutiva quanto dinâmica, e de autoaprendizagem e – portanto – de não promover o desperdício da experiência (Santos, 2001).

No ensinamento de Francisco, o apelo para estruturar a participação tendo em alta consideração a variável “tempo” está implícito em um dos quatro princípios cardeais que sustentam a afirmação de que Francisco tem sido o “Papa dos processos” (Delle Foglie, 2019), pois, como ele frequentemente repetia, “dar prioridade ao tempo significa lidar com processos iniciais em vez de ter espaços”⁴. A variável tempo deve garantir o amadurecimento gradual dos atores (centrado no respeito e na escuta mútua) e evitar a atrofia e a fossilização dos processos em regras, construções e ritualismos democráticos que funcionam como gaiolas contra o objetivo de assegurar o desenvolvimento integral e a dignidade de cada ser humano, bem como a necessidade dos participantes superarem os limites comportamentais gerados pela “consciência isolada” em prol da “união das almas” – como reiterado diversas vezes desde *Evangelii gaudium* (Papa Francisco, 2014) – e da construção daquilo que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina “ecologia dos saberes”, e que parecia ser muito caro a Francisco.

Com essas premissas, é compreensível que, na perspectiva de Francisco, a participação tenha sido vista em antítese aos populismos que politizam o sagrado e sacralizam a política, negando “a devida participação” a alguns componentes sociais e “fazendo com que o autêntico intérprete do sentimento popular seja um grupo específico”, com o paradoxo de que “em nome do povo”, o populismo faz com que “o povo deixe de ser povo” (ou “multidão”, como ele mesmo afirmou em outros momentos, com linguagem quase *negriana*) “e torne-se uma massa inerte, manipulada por um partido ou um demagogo” (Papa Francisco, 2020b, p. 79).

Nessa perspectiva, o anseio participativo contido nos discursos de Francisco tem se apresentado como valor constitucional e fundante da sua poética e do seu modo de pensar, também mantendo fortes correspondências com aspectos peculiares do seu caráter. Entre elas: a capacidade de partilhar a visão dos mais simples e de viver longe da pompa, ou o estilo questionador e nunca impositivo (Cristiano, 2020, p. 53) que ajuda a observar recordando e a recordar imaginando, a questionar e a incitar seus interlocutores e todos nós a avaliar e a compreender (portanto, a discernir). Mais uma vez, o anseio participativo ecoa a paixão – herdada de Romano Guardini (a quem o Papa dedicou uma tese acadêmica inacabada⁵) – pela capacidade imaginativa e provocadora da arte, bem como pela ideia de

4 A centralidade da participação como abordagem epistemológica da sua ação pastoral assenta nos seguintes pilares: (1) a unidade prevalece sobre o conflito, (2) a realidade é mais importante do que a ideia, (3) o todo é superior à parte, e (4) o tempo é superior ao espaço (Papa Francisco, 2014, n. 222-237).

5 A tese, nunca discutida, foi dedicada a uma primeira obra de antropologia filosófica de 1925 do pensador católico Romano Guardini (1999). Sobre isso, vide Borghesi (2017).

que inovar e reinterpretar constantemente o mundo, suas regras e tradições é algo necessário para manter viva a alma, a credibilidade e a atratividade das instituições e da própria Igreja⁶.

Algumas ausências e presenças tímidas

Apesar da inovação e da coerência da visão proposta por Francisco sobre o que deve ser a participação para ajudar o mundo (e a Igreja) a ser melhor, a reivindicação de uma necessidade de maior partilha de visões e decisões (tanto na vida da comunidade crente como na vida secular da cidadania) ainda apresentou silêncios e pontos a serem explorados em maior profundidade pelo próximo Pontífice, se ele decidirá de manter a mesma postura do Papa Bergoglio sobre o tema. Dentre estes há três ausências notórias: (1) qualquer referência pública do ex-Pontífice às instituições da democracia direta (como referendos, plebiscitos ou leis de iniciativa popular); (2) o tema do envolvimento dos participantes na cocriação e na coavaliação dos percursos participativos nos quais se inserem; (3) o tema (talvez nem sequer percebido por Francisco em sua gravidade) da crescente crise de legitimidade dos corpos sociais intermediários, e a consequente necessidade de repensar seu papel nos processos participativos voltados a indivíduos singulares⁷.

No mais recente dos seus livros autobiográfico *Life* (Papa Francesco, 2024b, p. 27), fica claro que o Papa Bergoglio – quando fala de “samaritanos coletivos” que “intervêm em defesa da dignidade [...] de qualquer ser humano” – associa dois diferentes canais de participação: aqueles que se referem a indivíduos singulares e suas manifestações não violentas em forma de reação coletiva contra injustiças sociais e raciais e abusos de poder, e aqueles ligados a “corpos intermediários”, isto é, movimentos sociais, descritos como “semeadores da mudança”, que se tornam protagonistas de “heroísmos cotidianos” para plantar pacientemente “sementes de esperança nas periferias esquecidas do planeta”, de cujos “brotos de ternura [...] surgirão densas florestas de esperança para oxigenar este mundo” (Papa Francesco, 2016). Em seus repetidos elogios aos movimentos sociais e às

⁶ Francisco expressa essa ideia citando Gustav Mahler: “a tradição é guardar o fogo, não adorar as cinzas” (Papa Francesco, 2020b, p. 43).

⁷ De fato, Francisco (especialmente nas mensagens lidas para os encontros dos movimentos populares internacionais) tendeu a se concentrar exclusivamente em suas virtudes e sua capacidade de representar os mais fracos, chamando-os de “sentinelas” ou “poetas sociais”, capazes de produzir novos imaginários e de levar adiante o sonho de uma “Pátria Grande” (baseada no reconhecimento de uma “interdependência saudável” entre lugares e pessoas em diferentes latitudes) diante da fragmentação de interesses que o neoliberalismo e o “colonialismo ideológico” perpetuam. Francisco também deu nome à busca pela paz e pela unidade entre povos e culturas. Ele a definiu como um “poliedro”, ou seja, uma forma de “multiculturalismo” e “convivência em que as partes mantêm sua identidade construindo juntas uma pluralidade que não põe em risco, mas antes fortalece a unidade” (Vide Papa Francesco, 2015b, ou Papa Francesco 2024a). Papa Francesco (2020b, p. 87) se referiu sempre aos três principais objetivos promovidos pelos movimentos populares (os “três T”, que em espanhol significam: terra [tierra], lar [techo] e trabalho decente para todos [trabajo]) como base para gerar um círculo virtuoso que, ao longo do tempo, ajudará a “restaurar a dignidade” de sujeitos tradicionalmente mais marginalizados, permitindo-lhes “expressar-se, participar e construir o bem comum” e “acrescentar um lugar à mesa” para todos. Nunca se fala dos riscos da sociedade atual não reconhecer seu trabalho de intermediação e da necessidade dos movimentos populares organizados ampliarem seus repertórios de ações participativas.

organizações voluntárias, Francisco não tem demonstrado explícita consciência do fato de que hoje essas organizações também sofrem com a crise de representação que afeta partidos, igrejas e sindicatos (Edelman, 2023). Se Francisco não tem questionado potenciais conflitos entre formas de participação de base individual (especialmente aqueles que já não acreditam que podem ser representados por organismos intermediários e organizações de “advocacy”) e aquelas de base agregativa, isso também pode advir do fato de que o papel que o Papa tem atribuído aos movimentos sociais não é o de representantes ou substitutos das pessoas que pretendem representar ou por cujos direitos lutam. Pelo contrário, trata-se de um papel essencialmente “maieutico”, de iniciadores de um caminho comum, capazes não só de “exigir ou reivindicar”, mas também de “criar” tanto novos imaginários quanto pontes para construí-los⁸.

Apesar das limitações descritas acima, a visão participativa de Francisco não tem sido nunca simplista nem redutora da potencial riqueza do conceito. Por exemplo, ele evitou reduzir o termo participação às suas dimensões de ação política consciente – que tende a ser prevalente no mundo do Noroeste e frequentemente se impõe em outras latitudes e culturas (Allegretti et al., 2022). Assim, em seus discursos, também se pode encontrar “o outro lado da lua” (Allegretti et al., 2022, p. 58), ou seja, a ideia de participação também como “modo cotidiano de convivência” que representa uma dimensão fundamental em muitas culturas indígenas (africanas, latino-americanas, oceânicas etc.). Daí a citação do “bem viver” (*bien vivir*), de origem andina, que se encontra expressa em diversas mensagens do Pontífice argentino como componente central de novas formas de economia e de projetos de futuro em harmonia com a Mãe Terra (Papa Francesco, 2015b).

Se analisássemos o tema da participação do Papa Francisco com o objetivo de traçar as categorias de defesa e implementação dos quatro principais “bens comuns democráticos” (Saward, 2003; Smith, 2009) que – segundo parte da literatura especializada – toda inovação participativa deve garantir (ainda que com ênfases e ponderações diferenciadas), poderíamos avançar algumas considerações que evidenciam o estágio ainda não totalmente maduro da forma como a participação tem sido vista e aplicada a partir de seu magistério. Por exemplo:

- (1) o tema da “capacidade de inclusão” na construção do público de percursos participativos representa o princípio cardeal ao qual o Papa se refere em diferentes escritas e discursos. Entretanto, nos exercícios participativos vinculados aos recentes caminhos sinodais, a inclusão muitas vezes continuou sendo uma miragem, parcialmente incompleta e/ou não realizada, embora com melhorias para alguns

⁸ Como exposto no parágrafo sobre “l'Amore e i Ponti” (Papa Francesco, 2016), “construir pontes entre os povos que nos permitam derrubar os muros da exclusão e da exploração” e enfrentar “o terror com amor”. Nesse sentido, o Papa quase aproximou os movimentos sociais à definição de “construtores de pontes” usada pelo falecido ecologista Alex Langer.

grupos (como mulheres, jovens, povos indígenas, pessoas com necessidades especiais) em relação ao passado;

(2) o tema do “juízo ponderado e informado” (que significa transmitir informações que permitam elaborações coletivas mais maduras e aprofundadas) parece importante na reflexão sobre as metodologias que podem garantir a melhor qualidade da deliberação (como a “conversa espiritual” do sínodo, que põe em diálogo os percursos cognitivos do “discernimento” e do “transbordamento”⁹).

(3) o tema do “poder popular” (como espaço de controlo da sociedade sobre as instituições hierárquicas que regulam sua vida) tem sido trazido à atenção pública pelo Papa, mas talvez não foi adequadamente sustentado (pelo menos na ação autorreformativa da Igreja Católica) por uma redistribuição do poder em relação às hierarquias tradicionais e pela superação dos papéis consultivos e decisórios historicamente atribuídos;

(4) por fim, as questões da transparência e da accountability dos processos ainda resultam incipientes e muitas vezes expressas de modo básico e pouco detalhado.

Decerto, quaisquer áreas cinzentas do pensamento sistêmico de Francisco sobre participação e quaisquer deficiências na aplicação coerente dessas conceituações na ação transformadora da Igreja são questões distintas. Porém, se analisarmos os eventos do último Sínodo sobre a Sinodalidade (em especial no período 2023-2024), encontramos uma convergência. De fato, apesar da virtuosidade metodológica retratada nas diretrizes (Sinodo dei Vescovi, 2021), a XVI Assembleia Geral do Sínodo levou em consideração limitada a sede por maior democracia dos fiéis que participaram das diversas sessões, questionando apenas episodicamente como o processo poderia ser incrementalmente evolutivo e aperfeiçoável ao longo dos anos de sua duração, e como lidar com a gestão das expectativas que um processo participativo desse tipo tende a gerar. Não se deve esquecer que o Sínodo – como instituição formal do Colégio Episcopal da Igreja Católica – nasceu em 1965 (Papa Francesco, 2018)¹⁰ como um pedido “de baixo” dos padres do Concílio Vaticano II, e é, portanto, percebido pelos participantes como um espaço intrinsecamente participativo que Francisco – desde a *Episcopalis Communio* (2018)¹¹ – procurou consolidar como uma ferramenta de participação interna, que atua como primeiro círculo de um diálogo

9 O discernimento é definido como capacidade de “ponderar as nossas decisões e ações, não de acordo com mero cálculo racional, mas ouvindo o Espírito” (Papa Francesco, 2020b, p. 41). O “transbordamento” (Papa Francesco, 2020b, p. 57), conceito menos claramente definido, refere-se a aspectos de encontro e compreensão emocional, que marcam sobretudo “as encruzilhadas da vida” e os “momentos de abertura, fragilidade e humildade” quando o oceano do amor divino “abre as comportas da nossa autossuficiência e, assim, abre as portas para uma nova imaginação do possível” (Conferenza Episcopale Italiana, 2024).

10 O Sínodo é regulado pelo Codice di Diritto Canonico (1983, 342-348) e é convocado, presidido e concluído pelo Pontífice.

11 A Constituição Apostólica de Papa Francisco (2018) foi seguida pela Instrução sobre a celebração das Assembleias Sinodais e sobre a Atividade da Secretaria Geral do Sínodo, emitida pela Secretaria Geral em 01/10/2018.

mais amplo com os contextos onde a Igreja se enraíza, recorrendo à vida quotidiana dos cidadãos envolvidos nos vários círculos de conversações (locais, nacionais, continentais e globais) previstos em sua complexa arquitetura.

Embora formalmente seja um espaço “consultivo e nunca deliberativo” (como repetido em muitas ocasiões, especialmente nos dois pontificados anteriores), com Francisco o Sínodo adquiriu um significado diferente do termo “deliberativo” (mais ligado à abordagem anglo-saxônica, onde a palavra indica a troca de argumentos e a dimensão do aprofundamento motivacional daquilo que os participantes disseram). E o faz aprofundando gradualmente sua metodologia, que “oferece aos participantes períodos de silêncio entre os discursos, para perceberem melhor as moções do Espírito” e uma valorização respeitosa das tensões e dos conflitos de visão (Papa Francesco, 2020b, p. 60). Nessa direção, sua natureza “deliberativa” no sentido latino (isto é, a capacidade de tomar decisões) tem vindo a crescer, em virtude do peso que a metodologia atribuiu à reflexão feita pelo Sínodo em relação à estruturação das exortações apostólicas pós-sinodais que – como documentos de ensinamento do Pontífice – seriam em si um espaço de escolha seletiva (*cherry-picking*) entre as ideias propostas. Até vale a pena aqui sublinhar um aspecto corajoso e inovador do Papa Bergoglio. Trata-se do facto de ele ter decidido de concluir o Sínodo sobre a sinodalidade anunciando que não queria publicar uma exortação apostólica pós-sinodal¹², preferindo disponibilizar o documento final ao povo de Deus como sendo o cerne da produção de uma inteligência coletiva, em vez de superpor a este a sua pessoal interpretação, que iria seleccionar, isolar ou interpretar partes específicas do exercício sinodal (vide Nicolais, 2024; Di Bussolo, 2024). Assim, no dia 7 de julho de 2025, foi publicado o documento “Pistas para a Fase de Implementação do Sínodo”¹³ aprovado pelo XVI Conselho Ordinário nos dias 26 e 27 de junho do mesmo ano, que respeita a vontade do falecido pontífice, e se põe como parte do “diálogo circular” entre as Igrejas locais e a Secretaria Geral do Sínodo. Este texto de trilhas (não concebidas como diretrizes absolutas) acompanhará a fase final do processo sinodal iniciado em 2021, concentrando-se nos atores a quem se dirige: o bispo diocesano e as equipes sinodais. O texto conclui abordando a questão do método e dos

¹² Escreveu Francisco: “O Documento Final participa do Magistério ordinário do Sucessor de Pedro (cf. EC 18 § 1; CIC 892) e, como tal, peço que seja aceito. Representa uma forma de exercer o ensinamento autêntico do Bispo de Roma que apresenta algumas características inovadoras, mas que, na prática, corresponde ao que tive ocasião de esclarecer em 17 de outubro de 2015, quando afirmei que a sinodalidade é o quadro interpretativo adequado para a compreensão do ministério hierárquico. Ao aprovar o Documento em 26 de outubro, afirmei que ele “não é estritamente normativo” e que “sua aplicação exigirá diversas mediações”. Isso não significa que ele não comprometa agora as Igrejas a fazer escolhas coerentes com suas indicações. (...) Reitero aqui com convicção o que afirmei na conclusão do complexo caminho sinodal que levou à promulgação de *Amoris Laetitia* (19 de março de 2016): “Nem todas as discussões doutrinárias, morais ou pastorais precisam ser resolvidas com intervenções do Magistério” (AL3). Ver: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2024/11/25/0934/01866.pdf>

¹³ Aqui pode-se descarregar o texto completo: <https://www.synod.va/content/dam/synod/process/implementation/pathways/250102---POR-Pistas-para-a-fase-de-implementacao.pdf>

instrumentos, onde se reivindica a necessidade de manter uma abordagem participativa, alimentada e facilitada por organismos e metodologias adequadas.

A fase de implementação das indicações do Sinodo contarão também com um caminho multinível de acompanhamento e fiscalização, que – como Francisco estabeleceu – será concluído por uma Assembleia Eclesial em outubro de 2028, precedida – entre o primeiro e o segundo semestres de 2027, por Assembleias de Avaliação a ser realizadas em dioceses, eparquias, Conferências Episcopais nacionais e internacionais, estruturas hierárquicas orientais e outros agrupamentos eclesiais – e seguidas (no início de 2028) por Assembleias Continentais de Avaliação. A Assembleia final será acompanhada pela publicação de um *Instrumentum laboris*. Conforme enfatizado pelo Cardeal Grech, este percurso de monitorização e avaliação é coerente com o facto de a fase de implementação ter sido concebida não como “uma simples aplicação de diretrizes superiores”, mas sim como “um processo de recepção” do Documento Final de forma “adaptada às culturas locais e às necessidades das comunidades”, mantendo sempre o objetivo de “concretizar” o intercâmbio e o diálogo “entre as Igrejas e dentro da Igreja como um todo” (Pilo, 2025). Este aspecto também calha com a observação – feita pelo coordenador do processo sinodal – de que ao longo dos 4 anos do Sinodo “foi observado o grande dinamismo presente em muitas dioceses, em todas as partes do mundo, que já empreenderam o caminho da implementação com entusiasmo e criatividade” através de verdadeiras e numerosas “escolas de sinodalidade” que garantiram “a formação dos fiéis, e especialmente dos agentes pastorais”, atentas a metodologias que possam alavancar “o discernimento comunitário e eclesial e a corresponsabilidade” (ibidem). Juntados estes aspetos, o XVI Conselho Ordinário chegou a imaginar a possibilidade de criar “uma Mesa Redonda da Sinodalidade”, ou seja uma espécie de “fórum permanente” para explorar os aspectos teológicos, canónicos, pastorais, espirituais e também metodológicos e comunicativos da sinodalidade da Igreja.

Até o momento presente, apesar de algumas naturais desacelerações no início da fase de implementação das indicações sinodais, devidas ao interregno entre os pontífices, o papa Leão XIV tem vindo a traçar um percurso de continuidade com Francisco, baseado na afirmação de que “a sinodalidade é um estilo, uma atitude que nos ajuda a ser Igreja, promovendo experiências autênticas de participação e comunhão” apesar de que “o Sínodo dos Bispos mantém naturalmente o seu carácter institucional”, embora “enriquecido pelos frutos amadurecidos” na “reflexão prospetiva voltada para o futuro”¹⁴ propiciada pela sinodalidade e a diversidade de visões que ela traz (Cernuzio, 2025).

A propósito do processo participativo sinodal, vale a pena realçar que, como alguns observadores apontaram corretamente (Borras, 2023), já em 2023 a primeira sessão do

14 <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/it/speeches/2025/june/documents/20250626-consiglio-sinodo.html>

Sínodo sobre o tema “*comunhão, participação, missão*” mostrou hesitações ao investir na diversidade dos participantes (e especialmente em algumas categorias de pessoas que foram mantidas por muito tempo à margem da comunidade eclesial). Isto atentou às diferentes linguagens e – acima de tudo – à coerência entre as práticas participativas, os documentos finais que sintetizam as posições que emergiram e o impacto na transformação de políticas, projetos e práticas de governança da Santa Sé – inclusive como envolver os leigos em experiências de monitoramento cívico da implementação das transformações da Igreja e dos comportamentos das figuras que a governam¹⁵. Apesar de certo descontentamento causado por essas desatenções à coerência entre regras, expectativas e caminho concreto, a Comissão organizadora não empreendeu esforços para usar o intervalo entre as sessões do outono de 2023 e do outono de 2024 como espaço para refinamento incremental da metodologia. De fato, o próprio Pontífice decidiu retirar algumas questões em 2024 (como a ordenação de diáconas, ainda “imaturas”) da discussão do Sínodo dos Bispos, mantendo ativas comissões de estudo de *experts* que mais tarde terão de prestar contas sobre seu trabalho de alguma maneira aos representantes sinodais. A insatisfação gerada em vários participantes do sínodo – apesar do reconhecimento de que “a composição e a organização da assembleia sinodal” (Borras, 2023) representaram um importante avanço em relação ao passado – estendeu-se a considerações que vão além dos temas específicos excluídos do debate, concentrando-se nas deficiências gerais de transparência do processo sinodal (Wooden, 2024) e nas críticas a uma “visão minimalista da consulta” (Donata Horak como citado em Palermo, 2024). Tal visão continua a não usar uma série de instituições previstas pelo direito canônico que poderiam conferir poder de decisão a públicos mais amplos (como conselhos particulares, plenários e provinciais)¹⁶, e, em vez disso, limita-se a contrastar os Sínodos – sempre e “apenas” consultivos – aos Concílios, que têm, em vez disso, poder deliberativo/decisório.

Sem dúvida, para melhor enfrentar esses dilemas e adquirir a capacidade de superar os limites e ampliar os horizontes de significado da participação em sua dimensão experimental concreta, o Papa Leão XIV e a sua Igreja se beneficiariam, no futuro, de um diálogo transparente com as diferentes experiências e redes de inovações democráticas que, em diferentes países, nos últimos trinta anos, deram forma ao “imperativo deliberativo” (Sintomer & Blondiaux, 2002) com crescente convicção, criatividade e “demodiversidade” (Santos & Mendes, 2020) e – recentemente – também com uma abordagem “sistêmica” (Spada & Allegretti, 2020) ao diálogo entre diferentes instrumentos e canais de participação e deliberação, seus públicos e seus temas, diferentes, mas frequentemente complementares.

¹⁵ Borras (2023, p. 835) detalha o desaparecimento de referências à comunidade LGBTQIA+ nos documentos de síntese, apesar dos pedidos explícitos de muitas mesas de discussão sobre os documentos finais da Sessão 2023.

¹⁶ Além disso, os Bispos poderiam “atribuir o voto deliberativo aos órgãos consultivos, aos Sínodos ou às comissões pastorais” (Palermo, 2024).

Uma conclusão aberta

Em suma, se olharmos para os dois âmbitos em que a mensagem do Papa Francisco sobre a participação se contextualizou (o da renovação da comunidade eclesial e o da política, da cidadania e do pertencimento aos territórios onde cada um vive), poderíamos dizer que a sua visão apresentou uma novidade duplicada em comparação aos seus antecessores:

- (1) por um lado, de fato, Francisco pôs em diálogo os diversos âmbitos aos quais cada cristão acaba por pertencer (e em diferentes escalas geográficas, políticas e administrativas), dando à ideia de participação um novo impulso político e cívico diante de seus predecessores;
- (2) por outro lado, – por meio do aprofundamento do apelo ao compromisso e à participação na vida quotidiana – propôs um significado mais deliberativo da democracia *tout court* (Floridia, 2017), e a ideia sturziana de que uma democracia “só é autêntica quando é solidária” (Vittorio Possenti como citado em Gesuiti, 2019) e pertence a uma esfera de “razão impura”, capaz de “ver a complexidade da ação e a dificuldade de compor diferentes visões” (Vittorio Possenti como citado em Gesuiti, 2019).

Com essas características, evidencia-se que a participação tem sido uma peça importante do *diferencial* central da mensagem do Papa Francisco, pautada pela figura fraterna e misericordiosa do Bom Samaritano e pela valorização das Bem-Aventuranças (Menozzi, 2023). Também, o conceito tem sido capaz de propor-se como uma “ponte” entre a ideia da democracia como “sistema político” e aquela da democracia como “princípio de ordenação e organização interna de um corpo social” (Luciani & Noceti, 2022, p. 262) que pode trazer modernização e inovações interessantes – adequadas ao espírito dos tempos atuais e às expectativas de muitos fiéis – mesmo em uma instituição sustentada por princípios outros que não os democráticos. De facto, a Igreja Católica, em sua configuração histórica, não tem as características de um parlamento porque não se baseia “no jogo das oposições, no peso das maiorias e na exclusão das minorias”, mas na valorização da diversidade do corpo eclesial e em “fazer o melhor uso da variedade e complementaridade dos seus carismas em busca do bem comum” (Borras, 2023, pp. 826-827). Decerto, a introdução de novas dimensões participativas capazes de intensificar aspectos democráticos desta instituição vai requer tempo e um paciente percurso coletivo para ser assimilada. Mas há possibilidades concretas, que Francisco tem vindo abrir como nunca aconteceu nas décadas anteriores, e que o seu sucessor poderá agarrar, se quiser dar continuidade à reforma da Igreja numa direção mais adequada às expectativas de muitos dos seus fiéis.

Conforme tem sublinhado Luciani e Noceti (2022), de facto:

Se a Igreja não é uma democracia, isso não significa que os procedimentos democráticos devam ser excluídos do exercício da sinodalidade, em todos os âmbitos da vida da Igreja [...], assim reconhecendo e valorizando práticas participativas já codificadas [...] e acolhendo novas instâncias consideradas necessárias por muitos, mas hoje ausentes (por exemplo, publicidade, transparência, *accountability*). Os modelos organizativos que a Igreja impôs a si ao longo dos séculos e, portanto, as dinâmicas comunicativo-participativas [...] sempre foram culturalmente definidos e acolheram elementos próprios e típicos da organização dos diferentes lugares e tempos. A forma eclesial recebida do passado, profundamente marcada por uma *mentalidade* feudal [...] não reflete o cânone interpretativo das relações sociais que é hoje – no seu âmago mais profundo – “democrático” [...] Diante da crise das democracias ocidentais [...] a Igreja de hoje [...] pode contribuir para desenvolver uma cultura do encontro, do diálogo, da corresponsabilidade e para revelar a raiz dos problemas presentes: as formas e os limites da representação, a relação entre a construção do consenso e a verdade/bem a ser perseguir (Luciani & Noceti, 2022, pp. 263-265).

Referências

- Allegretti, G., Meloni, M., & Dorronsoro, B. (2022). Civic participation as a travelling ideoscape. Which direction? In S. Makoni, A. Kaiper-Marquez, & L. Mokwena (Curatori), *The Routledge handbook of language and the global south/s* (pp. 57-71). Routledge.
- America Media. (2024). *America: The Jesuit Review of Faith & Culture*. <https://www.americamagazine.org/>
- Borghesi, M. (2017). *Jorge Mario Bergoglio. Una biografia intellettuale*. Jaca Book.
- Borras, A. (2023). Sinodo 2021-2024, dove stiamo andando? Un primo bilancio. *Rivista del Clero Italiano*, 12, 822-839.
- Cernuzio, S. (2025, 26 giugno). Leone XIV: la sinodalità “stile” che aiuta ad essere Chiesa, come diceva Papa Francesco. *Vatican News*: <https://www.vaticannews.va/it/papa/news/2025-06/papa-consiglio-ordinario-segreteria-del-sinodo-cardinale-grech.html>
- Codice di Diritto Canonico, del 25 gennaio 1983*. (1983). Città del Vaticano. https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/cic_index_it.html

Conferenza Episcopale Italiana. (2024, novembre). Lineamenti. *Prima assemblea sinodale delle chiese che sono in Italia*. Roma, Italia. <https://camminosinodale.chiesacattolica.it/wp-content/uploads/2024/10/Lineamenti.pdf>

Costituzione della Repubblica Italiana, del 22 dicembre 1947. (1947). Roma, Italia. <https://www.governo.it/it/costituzione-italiana/2836>

Cristiano, R. (2020). *Bergoglio o barbarie. Francesco davanti al disordine mondiale*. Castelveccchi.

Delle Foglie, D. (2019, 13 marzo). Il pontificato di Francesco: sei anni spesi a costruire processi. *Formiche*. <https://formiche.net/2019/03/francesco-papa-tempo-potere/#btmcnt>

Di Bussolo, A. (2024, 25 novembre). Sinodo, il Papa: il Documento finale va accolto come magistero pontificio. *Vatican News*: <https://www.vaticannews.va/it/papa/news/2024-11/papa-francesco-nota-accompagnamento-documento-finale-sinodo.html>

Edelman. (2023). *Edelman Trust Barometer*. Nova York, NY. <https://www.edelman.com/trust/trust-barometer>

Faggioli, M. (2017). *Catholicism and citizenship. Political cultures of the Church in the twenty-first century*. Liturgical Press.

Florida, A. (2017). *From participation to deliberation: a critical genealogy of deliberative democracy*. ECPR Press.

Gesuiti. (2019, 26 Settembre). Fondazione Gallarate, il dialogo tra Chiesa e democrazia. <https://gesuiti.it/fondazione-gallarate-si-discute-del-dialogo-tra-chiesa-e-democrazia/>

Guardini, R. (1999). *L'opposizione polare. Saggio per una filosofia del concreto vivente*. Morcelliana.

Il Sussidiario. (2011, 29 Aprile). Wojtyla, il Papa della sussidiarietà (Intervista a Robert Sirico). <https://www.ilsussidiario.net/news/roma/2011/4/29/giovanni-paolo-ii-sirico-ist-acton-wojtyla-il-papa-della-sussidiarieta/172101/>

Ivereigh, A. (2020). Postilla. In Papa Francesco, *Ritorniamo a sognare. La strada verso un futuro migliore* (pp. 95-96). Piemme.

Luciani, R., & Noceti, S. (2022). *Sinodalmente. Forma e riforma di una chiesa sinodale*. Nerbini.

Menozi, D. (2023). *Il papato di Francesco in prospettiva storica*. Morcelliana.

Moro, G. (2020). *Cittadinanza*. Mondadori Università.

Nicolais, M. (2024, 26 ottobre). Papa Francesco: “Non intendo pubblicare una esortazione apostolica”. *Agenzia d'informazione SIR*. <https://www.agensir.it/chiesa/2024/10/26/papa-francesco-non-intendo-pubblicare-una-esortazione-apostolica>

Palermo, A. (2024, 9 ottobre). Chiesa sinodale, tutto il Popolo di Dio è soggetto della missione. *Vatican News*. <https://www.vaticannews.va/it/vaticano/news/2024-10/forum-popolo-dio-curia-gesuiti.html>

Papa Francesco. (2014). *Esortazione apostolica Evangelii Gaudium*. Chiesa Cattolica.

Papa Francesco. (2015a, 24 maio). *Lettera enciclica Laudato si'*. Città del Vaticano.

Papa Francesco. (2015b, 9 julho). *Discorso al II Incontro mondiale dei Movimenti Popolari*. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. <https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2015/july/documents/>

papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html

Papa Francesco. (2016, 5 novembre). *Discorso ai partecipanti al 3° Incontro Mondiale dei Movimenti Popolari*. Città del Vaticano. https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161105_movimenti-popolari.html

Papa Francesco. (2018, 15 settembre). *Costituzione Apostolica "Episcopalis communio"*. Città del Vaticano.

Papa Francesco. (2020a). *Fratelli tutti. Sulla fraternità e l'amicizia sociale*. Marsilio.

Papa Francesco. (2020b). *Ritorniamo a sognare. La strada verso un futuro migliore*. Piemme.

Papa Francesco. (2023, 23 giugno). *Discorso del Santo Padre Francesco agli artisti partecipanti all'incontro promosso in occasione del 50° anniversario dell'inaugurazione della Collezione d'Arte Moderna dei Musei Vaticani*. Città del Vaticano. <https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2023/june/documents/20230623-artisti.html>

Papa Francesco. (2024a, 20 settembre). *Discorso all'Incontro dei Movimenti Popolari promosso dal Dicastero per lo Sviluppo Umano Integrato*. Roma, Italia. <https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2024/september/documents/20240920-movimenti-popolari.html>

Papa Francesco. (2024b). *Life. La mia storia nella Storia*. Harper Collins.

Papa Francesco. (2024c, 26 ottobre). *Per una Chiesa sinodale: comunione, partecipazione, missione* (Documento finale). Città del Vaticano. https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20241026_doc-final-sinodo2024-chiesa-sinodale_it.html

Piro, I. (2025, 15 marzo). Sinodo, al via un percorso di accompagnamento. Nel 2028 Assemblea ecclesiale. *Vatican News*: <https://www.vaticannews.va/it/vaticano/news/2025-03/sinodo-percorso-accompagnamento-assemblea-ecclesiale-2028.html>

Santos, B. (2001). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Cortez.

Santos, B. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, B., & Mendes, J. M. (Curatori). (2020). *Demodiversity: toward post-abyssal democracies*. Routledge.

Saward, M. (2003). *Democracy*. Polity.

Scannone, J. C. (2014). La teología del Pueblo: una perspectiva argentina. In *La Civiltà Cattolica, Le radici di Papa Francesco. Un anno di Pontificato*. Pontificia Università Gregoriana.

Scannone, J. C. (2015). *Il Papa del Popolo*. Libreria Editrice Vaticana.

Sinodo dei Vescovi. (2021, settembre). *Vademecum per il Sinodo sulla sinodalità*. Città del Vaticano. <https://www.synod.va/it/news/vademecum-per-il-sinodo-sulla-sinodalita.html>

Sintomer, Y., & Blondiaux, L. (2002). L'impératif délibératif. *Politix: Revue des Sciences Sociales du Politique*, 57, 17-35.

Smith, G. (2009). *Democratic innovations. Designing institutions for citizen participation*. Cambridge University Press.

Spada, P., & Allegretti, G. (2020). When democratic innovations integrate multiple and diverse chan-

nels of social dialogue. Opportunities and challenges. In M. Adria (Curatore), *Using new media for citizen engagement and participation* (pp. 35-59). IGI Global.

Tecce, C. (2013, 21 giugno). Francesco, 100 giorni da Papa pop. Basterà? *Il Fatto Quotidiano*. <https://www.ilfattoquotidiano.it/2013/06/21/francesco-100-giorni-da-papa-pop-bastera/632253/>

Wooden, C. (2024, 22 ottobre). Fernández e le donne: una museruola per lo Spirito. *Settimana News*. <https://www.settimananews.it/ministeri-carismi/fernandez-e-le-donne-una-museruola-per-lo-spi-rito/>

Zanatta, L. (2020). *Il populismo gesuita*. Perón, Fidel, Bergoglio. Laterza.

Para citar este artigo

Norma ABNT

ALLEGRETTI, G. A participação como instrumento de transformação ecológica e social: a abordagem inovadora de Papa Francisco. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 15, n. 34, p. 128-147, 2025.

Norma APA

Allegretti, G. (2025). "A participação como instrumento de transformação ecológica e social: a abordagem inovadora de Papa Francisco". *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 15(34), 128-147.

Norma Vancouver

Allegretti G. A participação como instrumento de transformação ecológica e social: a abordagem inovadora de Papa Francisco. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 15(34):128-147, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/16243>

Figura 1 Saudação do Papa Francisco à última Congregação Geral da Assembleia Sinodal, 26 de outubro de 2024



Fonte: <https://www.vaticannews.va/it/papa/news/2024-11/papa-francesco-nota-accompagnamento-documento-finale-sinodo.html>